

## O ESTÁDIO QUE VIROU PRISÃO: O USO DO COMPLEXO ESPORTIVO CAIO MARTINS PELA DITADURA CIVIL-MILITAR

**Mariane Aparecida do Nascimento Vieira<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/PPGAS)  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil



**Nivea Muniz Vieira<sup>2</sup>**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ/UERJ)  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil



Enviado em 19 jun. 2022 | Aceito em 5 set. 2023

**Resumo:** O estádio Caio Martins foi inaugurado na década de 1940 na cidade de Niterói (Rio de Janeiro, Brasil) e é parte de um complexo esportivo homônimo. Para os moradores da cidade de Niterói, trata-se de um equipamento cultural e esportivo. Contudo, durante o ano de 1964, as suas dependências foram utilizadas como aparato repressivo, inaugurando o uso de estádios como prisão, o que, também, ocorreu em outros países da América Latina. Essa utilização foi justificada, na época, pela falta de espaço nas delegacias, o que fornece pistas sobre o número de pessoas que foram encarceradas para averiguação por serem consideradas uma ameaça ao governo da época. Objetivamos remontar aos acontecimentos de 1964, enfatizando o uso do complexo esportivo Caio Martins como prisão em um contexto em que diversos tipos de mudanças da função dos estádios foram explicitados. Nesse viés, as notícias jornalísticas acessíveis pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e os depoimentos de presos reunidos pela Comissão Nacional da Verdade e disponibilizados pelo Arquivo Nacional foram usados enquanto fontes que permitem recompor os meandros desse uso. Os documentos foram analisados à luz do debate proposto por autores como Daniel Reis Filho que investiga o contexto ditatorial, Milton Santos que aponta para as rugosidades do espaço e Pierre Nora que indica as potencialidades dos lugares de memória. De outra perspectiva, recompor a maneira como o complexo esportivo passou a ser utilizado como prisão, nos permitiu compreender apropriações do espaço em sua complexidade, evidenciando memórias. Nesse processo de retorno, iluminamos as tentativas de apagamento de fatos e de silenciamento de pessoas (homens e mulheres), que não só passam a ser ouvidas, como são trazidas à memória, marcando o espaço geográfico no vivido, no percebido e no concebido, em um contexto em que passado, presente e futuro são imbricados na memória de forma atemporal.

**Palavras-chave:** Estádio Caio Martins; Ditadura Militar; Presos políticos; Memória; Rugosidades.

### THE STADIUM THAT BECAME A PRISON: THE USE OF THE CAIO MARTINS SPORTS COMPLEX BY CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP

**Abstract:** The Caio Martins stadium was opened in the 1940s in the city of Niterói (Rio de Janeiro, Brazil) and is part of a sports complex of the same name. For the residents of the city of Niterói, it is a cultural and sporting facility. However, during 1964, its facilities were used as a repressive apparatus, inaugurating the use of the stadium as a prison, which also occurred in other Latin American countries. This use was justified at the time by the lack of space in the police stations, which provides clues about the number of people who were imprisoned for investigation because they were considered a threat to the government at the time. We aim to go back to the events of 1964, emphasizing the use of the Caio Martins sports complex as a prison in a context in which different types of changes in the function of the stadiums were made explicit. In this bias, the journalistic news accessible by the Newspaper Digital Archive of the National Library and the testimonies of prisoners gathered by the National Truth Commission and made available by the National Archives were used as sources that allowed recomposing the intricacies of this use. The documents were analyzed in the light of the debate proposed by authors such as Daniel Reis Filho, who investigates the dictatorial context; Milton Santos, who points to the roughness of space; and Pierre Nora, who indicates the potential of places of memory. From another perspective, recomposing how the sports complex came to be used as a prison allowed us to understand appropriations of space in their complexity, evidencing memories. In this return process, we illuminate the attempts to erase facts and silence people (men and women), who are not only heard but are brought to memory, marking the geographic space of the lived, perceived, and conceived in a context where past, present and future are timelessly imbricated in memory.

**Keywords:** Caio Martins Stadium; Military Dictatorship; Silences; Political Prisoners; Memory; Rugosities.

1. Doutora em Antropologia Social UFRJ/PPGAS. Museóloga no Instituto Tunga. E-mail: mariane.anv@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1389-4694>.

2. Doutora em Geografia Humana (USP). Pesquisadora do NUCLAMB/UFRJ; Docente no CEDERJ/UERJ, na Secretaria Municipal de Educação e na Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Email: niveamuniz@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8052-0254>.

## EL ESTADIO DE FÚTBOL QUE SE CONVIRTIÓ EN PRISIÓN: EL USO DEL COMPLEJO DEPORTIVO CAIO MARTINS POR LA DICTADURA CÍVICO-MILITAR

**Resumen:** El estadio de fútbol Caio Martins fue inaugurado en la década de 1940 en la ciudad de Niterói (Río de Janeiro, Brasil) y forma parte del complejo deportivo del mismo nombre. Para los habitantes de la ciudad de Niterói, es una instalación cultural y deportiva. Sin embargo, durante 1964, sus instalaciones fueron utilizadas como aparato represivo, inaugurando el uso de los estadios como cárceles, lo que también ocurrió en otros países latinoamericanos. Este uso se justificó en la época por la falta de espacio en las comisarías, lo que ofrece pistas sobre el número de personas que fueron encarceladas para ser investigadas por ser consideradas una amenaza para el gobierno de la época. Pretendemos hacer una retrospectiva de los acontecimientos de 1964, enfatizando el uso del complejo deportivo Caio Martins como prisión en un contexto donde se explicitaron diversos tipos de cambios en la función de los estadios. Para tal fin, se utilizaron reportajes de periodismo accesibles a través de la Biblioteca Digital de la Biblioteca Nacional y los testimonios de presos recogidos por la Comisión Nacional de la Verdad y puestos a disposición por el Archivo Nacional como fuentes que permiten reconstruir los pormenores de este uso. Los documentos fueron analizados a la luz del debate propuesto por autores como Daniel Reis Filho que investiga el contexto dictatorial, Milton Santos que señala la rugosidad del espacio y Pierre Nora que indica el potencial de los lugares de memoria. Desde otra perspectiva, reconstruir cómo el centro deportivo llegó a utilizarse como prisión nos permitió comprender la apropiación del espacio en su complejidad, resaltando las memorias. En este proceso de retorno, evidenciamos los intentos de borrar los hechos y silenciar a las personas (hombres y mujeres), que no sólo son escuchadas, sino también traídas a la memoria, marcando el espacio geográfico vivido, percibido y concebido, en un contexto en el que pasado, presente y futuro se entrelazan en la memoria de forma atemporal.

**Palabras clave:** Estadio de fútbol Caio Martins; Dictadura militar; Presos políticos; Memoria; Rugosidades



O município de Niterói, localizado na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro (Brasil), é conhecido por deter elevado índice de qualidade de vida (IBGE, 2010) quando comparado a outros municípios do estado. Entre os equipamentos que compõem esse espaço geográfico está o complexo esportivo Caio Martins<sup>3</sup>, ilustrado nas Figuras 1 e 2. A sua origem remete ao governo do Estado Novo, tendo sido inaugurado em 1941. Segundo reportagem do “Jornal dos Sports (RJ)” (VAI..., 1941), o nome foi sugerido pelo interventor Amaral Peixoto, em homenagem ao escoteiro fluminense que ao passar por um desastre ferroviário, em Minas Gerais, prestou socorro a várias vítimas, como ele, e acabou morrendo. Após a sua inauguração, nos anos que se seguiram, novos aparelhos esportivos foram sendo incorporados, caso da construção da piscina e do ginásio.

Figura 1 – Estádio Caio Martins



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

<sup>3</sup> A rigor, o estádio de futebol corresponde ao campo e arquibancada onde acontecem os treinos e competições de futebol, enquanto o ginásio seria a área coberta multiuso (SUDERJ; GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO, s/d). Optamos por fazer referência às dependências do complexo esportivo preferencialmente como “estádio Caio Martins”, pois se trata do modo como aparece nas placas de sinalização urbana e é comumente referido por moradores da cidade de Niterói.

Figura 2 - Ginásio Caio Martins



Fonte: Wagner Meier apud Neder, 2012.

O objetivo do presente artigo é argumentar que, por um lado, o uso desse complexo desde sua inauguração extrapolou a função esportiva, por outro lado, há um silenciamento a respeito de um aspecto particular da sua trajetória: a utilização das suas dependências pelo regime antidemocrático iniciada em 1964, inaugurando o uso de estádios como prisão, o que viria a ser repetido em outros países da América Latina.

Para alcançar este objetivo, percorreremos o papel desempenhado pelos estádios no espaço geográfico; o contexto da emergência da ditadura civil-militar brasileira; a utilização pioneira de um estádio como prisão. Ainda, a partir dos depoimentos e narrativas daqueles que estiveram presos, pincelar os diferentes perfis e contextos de tais prisões para, em seguida, confrontar com a ausência de qualquer suporte físico que faça referência a esse uso nas dependências do complexo esportivo, comparando com o caso do Estádio Nacional do Chile (Figura 3) que criou um circuito de memória para relembrar o passado de cárcere. Rememorar esse acontecimento permite analisar o espaço geográfico enquanto espaço vivido e alvo de disputas que determinam quais são os usos que entram para memória coletiva (HALBWACHS, 2006) e quais permanecem subterrâneos (POLLAK, 1989).

Figura 3 – Fachada do Estádio Nacional do Chile



Fonte: Andressa Becker, 2018

O espaço geográfico é fruto de uma série de apropriações que se desenrolam no espaço social (SANTOS, 2006) marcadas por relações de poder (CASTRO, 2012; LEFEBVRE, 2006). A partir do estádio Caio Martins como estudo de caso, analisaremos notícias de jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e documentos reunidos pela Comissão Nacional da Verdade (CNV)<sup>4</sup> acessíveis na base de dados do Arquivo Nacional como fontes primárias que dão pistas sobre os usos do estádio Caio Martins, em especial, durante o ano de 1964. A escolha por uma metodologia qualitativa pautada em fontes documentais foi guiada pelas contingências da pandemia da Covid 19, contexto em que a pesquisa ocorreu. Entre os documentos mais reveladores tornados públicos pela CNV, estão os depoimentos de presos políticos. Considerando o papel da memória destes para recompor as modificações que o estádio sofreu para ser usado como prisão, articulamos autores caros à história, à geografia e à memória social para analisar os possíveis motivos deste acontecimento e como seria possível espacializar essa memória no complexo esportivo atualmente.

O regime ditatorial brasileiro, instaurado em 1964, pode ser localizado em um período de grande polarização política que favoreceu a emergência de diversos governos militares na América Latina com o apoio de setores da sociedade civil. Entre os países que guardam semelhanças com o caso brasileiro, por tratar-se de regimes repressivos com relações próximas aos Estados Unidos, podemos citar a Argentina e o Chile (COGGIOLA, 2001)<sup>5</sup>. Após o restabelecimento da democracia, e décadas de trabalho para que a memória dos crimes cometidos não fosse esquecida, esses países criaram mecanismos de apuração das violações cometidas durante o período de exceção. Por exemplo, foram estabelecidas comissões, documentos secretos foram tornados públicos<sup>6</sup>, museus foram criados<sup>7</sup>, entrevistas com antigos presos políticos foram realizadas<sup>8</sup>.

Entre esses mecanismos está o circuito de memória no Estádio Nacional do Chile, inaugurado em 2015, que põe em evidência o período em que suas instalações funcionaram como prisão (ESTADIO NACIONAL, c2021). Diante da ausência de qualquer referência, no espaço do complexo esportivo Caio Martins, ao período em que funcionou como prisão, a exemplo da estátua que homenageia o escoteiro que deu nome ao estádio, compararemos com a experiência chilena. Para tal, iniciaremos o percurso configurando o “lugar” que os estádios ocupam no espaço geográfico enquanto aparelhos esportivos e culturais.

### O “lugar” dos estádios no espaço geográfico

Milton Santos (2006) ao analisar a natureza do espaço definiu o espaço geográfico a partir da associação dos sistemas de objetos e sistemas de ações que se desenrolam no tempo social. Há ainda temporalidades simultâneas provenientes da percepção de cada ator implicado no espaço. “O entendimento dos lugares, em sua situação atual e em sua evolução, depende da consideração do eixo das sucessões e do eixo das coexistências” (SANTOS, 2006, p. 104). Portanto, o olhar sobre o

<sup>4</sup> O governo federal promulgou a lei 12.528, em 2011, que determinou a criação da Comissão Nacional da Verdade para apurar os casos de violação dos direitos humanos, entre 1946 e 1988. Como desdobramento, em 2012 a comissão foi instituída e, a partir do trabalho de uma série de comissões estaduais e municipais, foi criado um rico banco de dados que documenta a violência perpetrada pelo regime ditatorial.

<sup>5</sup> A Argentina sofreu um golpe em 1966, sendo restabelecida a democracia em 1973 para, em seguida, sofrer um novo golpe em 1976 que perdurou até 1983. No caso chileno, o regime autoritário foi estabelecido a partir de 1973 e terminou em 1990 (COGGIOLA, 2001).

<sup>6</sup> Por exemplo, o Ministério de Defesa da Argentina tornou pública a documentação do Edifício Condor, que pertence à Força Aérea e que era classificada como secreta (ROSSI, 2014).

<sup>7</sup> Entre os museus criados para salvaguardar e difundir as memórias da ditadura, podemos citar o Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, em Santiago (Chile); o Museo de la Memoria, em Rosário (Argentina) e o Memorial da Resistência, em São Paulo (Brasil).

<sup>8</sup> O site Memoria Abierta, por exemplo, realiza a produção de documentos audiovisuais fruto de entrevistas com indivíduos que vivenciaram a repressão promovendo a criação e ampliação de um arquivo.

espaço geográfico implica na observação da simultaneidade de apropriações que o permeiam, o que inclui os aparelhos esportivos.

O filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (2006), por sua vez, ressaltou a produção social do espaço, enfatizando as relações de poder que nele são projetadas. Ainda que a formulação de Lefebvre emergja de outro campo teórico e analítico, possui cruzamentos com a geografia, podendo ser localizada dentro de uma teoria crítica do espaço que nos permite problematizar o contexto espacial (COSTA, KRAUS, OLIVEIRA, 2018). Ele indicou que o espaço e o tempo são produtos sociais que apenas podem ser apreendidos no contexto em que são produzidos, onde as suas características e contradições ficam explícitas enquanto resultado de uma atividade social (LEFEBVRE, 2016).

Lefebvre (2006) sugere a tríade espacial que engloba o espaço vivido (dos que habitam e descrevem esse espaço cotidianamente), concebido (daqueles que moldam e projetam o espaço, por exemplo, os urbanistas) e percebido (as significações sociais e políticas atribuídas a este espaço). Com base nele, ressaltamos a importância de estudar as heranças do passado para compreendermos nosso presente e as possibilidades de futuro.

Edward Soja (1993) ao advogar pela existência de “geografias pós-modernas” reafirma a importância do espaço na escritura de uma teoria social crítica. Entre os autores que articula como precursores de uma teorização do espaço dentro de uma análise social está Lefebvre. Soja (1993), na esteira de Lefebvre, vai contra o historicismo que teria enfatizado o tempo e a história em detrimento do espaço, relegando este último a uma mera disposição física. À revelia dessa concepção limitada, o espaço emerge como produto e produtor das relações sociais.

Esse reconhecimento viabiliza compreender os motivos de certos acontecimentos serem remontados nos documentos como registros históricos, mas não perdurarem materialmente no espaço continuamente produzido pelas relações sociais. Em contrapartida, reconhecer as dobras, idiosincrasias e simultaneidades de apropriações no espaço em análises que partem da realidade concreta, pode sugerir estratégias para que acontecimentos coletivamente marcantes não sejam silenciados, sendo localizados não apenas no tempo histórico, mas igualmente no espaço. Dessa maneira, atentamos para o que Soja (1993) defendeu no que tange à necessidade de estarmos alertas: distante de uma espacialidade inocente e isenta, tanto as relações de poder quanto as disciplinas presentes no tecido social moldam o espaço.

Iná Elias de Castro contribuiu para a discussão ao enfatizar a perspectiva política do espaço “e a necessidade de compreender como o espaço organizado pelo conjunto de indivíduos estabelece a condição para as relações de adesão coletiva ao poder inerente ao espaço político” (CASTRO, 2012, p. 60 e 61). A produção do espaço tanto pode estar relacionada a um projeto estatal, quanto à sua oposição, ou seja, é reflexo de interesses políticos e ideológicos em disputa (LEFEBVRE, 2016).

De outro viés, a geografia humanista rememora que o espaço vivido é pautado:

[...] na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base da inteligibilidade do mundo real” (CORRÊA, 2003, 30).

E é neste sentido que os estádios aparecem como lócus em disputa, travados entre memórias e experiências distintas e, muitas vezes, conflitantes, que os moldam.

A imagem que predomina nos estádios é a de sua vinculação com a esfera da esportividade. Contudo, a depender do contexto temporal e espacial em que está inserido, esse mesmo equipamento pode ser apropriado e ressignificado por agentes e grupos sociais diversos, destacando-se assim seu caráter polissêmico. No Brasil, por exemplo, nunca é demais lembrar de que modo o estádio de São Januário, na Zona Norte do Rio de Janeiro, foi utilizado para diferentes manifestações sociais, culturais e políticas.

Desse modo, podemos citar as apresentações de Villa Lobos em 1940, o desfile oficial das escolas de samba em 1945, os treinamentos dos pracinhas brasileiros antes de partirem para a II Guerra Mundial, os discursos que Getúlio Vargas proferia da Tribuna de Honra no Dia do Trabalhador, concentrando uma multidão e, por mais paradoxal que pareça, o comício do Partido Comunista Brasileiro, em 1945, realizado em comemoração à libertação de Luiz Carlos Prestes, encarcerado pelo Estado Novo (Cf. BLANC, 2009).

As celebrações varguistas e dos comunistas, aparentemente antagônicas no espectro político-ideológico, revelam os múltiplos usos que um equipamento arquitetônico esportivo pode apresentar. O estádio do Pacaembu, em São Paulo, construído em 1940, e que se destinava a demonstrar fisicamente a força simbólica do regime do Estado Novo, também presenciou manifestações cívicas de sindicatos e trabalhadores, ainda que com a presença de Getúlio Vargas (FERREIRA, 2008). Esses são alguns exemplos que demonstram a aproximação entre estádios e poder político e de que modo seus usos – e abusos – podem entrar em disputa pela legitimação do poder constituído e constituinte. De maneira semelhante, a própria construção do Maracanã, em 1950, estava associada à mensagem de grandeza e progresso do Brasil (MOURA, 1998). O espaço concebido por um projeto estatal é vivido e percebido de diferentes maneiras, a depender da perspectiva de cada sujeito e coletividade.

Durante o regime civil-militar (1964-1985), colocou-se em prática uma larga política de construção de estádios pelo Brasil, sobretudo após a conquista do tricampeonato pela seleção brasileira e a organização da Taça da Independência (1972), em comemoração pelo sesquicentenário deste acontecimento histórico, estimando-se que “no mínimo, trinta estádios foram erguidos entre 1972 e 1975 e 22 reformados durante toda a ditadura militar” (LUZ; CASTILHO; VIEIRA, 2017, p.14). Evidenciava-se assim que a construção destes equipamentos era uma tentativa de estreitar ligação com as massas e legitimar seu poder de integração no plano nacional a partir de uma eficaz propaganda<sup>9</sup>.

Em contrapartida, Antonini (2017) ao analisar os lugares de memória da ditadura cívico-militar mapeados em São Paulo destaca que o Estádio Cícero Pompeu de Toledo (Estádio do Morumbi), o Estádio da Vila Euclides e o Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho (Estádio do Pacaembu) eram espaços de resistência, ao abrigarem manifestações críticas ao governo autoritário na arquibancada durante jogos e até assembleias durante greves dos metalúrgicos do ABC. Desse modo, na chave da relação entre o futebol e a ditadura, os estádios são lugares de memória (NORA, 1993) e, como tais, estão continuamente em disputa, o que transcende a atuação do Estado totalitário<sup>10</sup>. Novamente, fica evidente que o espaço concebido para ser um lócus de competições esportivas dentro de um ideal de sociedade projetado pelo Estado, ganha novos contornos ao ser apropriado por grupos. Por exemplo, o espaço vivido durante essas mesmas competições pode ser um espaço percebido como plataforma política de resistência.

Nesse viés, questionamo-nos acerca do contexto em que o projeto de construção de um estádio em Niterói foi idealizado para, em seguida, analisarmos quais são os usos a que foi submetido desde sua inauguração até o golpe de 1964.

<sup>9</sup> Essa lógica de espalhar arenas políticas em determinado território nacional não era inédita, uma vez que, durante o governo fascista de Benito Mussolini nos anos 1920 e 1930, diversos estádios foram construídos pelo território italiano, trazendo uma dimensão nacional ao campeonato do país (TOSCHI, 2015). A disseminação de estádios por vários pontos do país veio acompanhada da intervenção do regime fascista na configuração de um campeonato nacional, o que também ocorrera no Brasil durante a ditadura com a criação oficial do primeiro Campeonato Nacional de Clubes, em 1971 (SANTOS, 2012).

<sup>10</sup> Para Pierre Nora (1993), os lugares de memória funcionam como espaços mnemônicos, restos do que antes era uma memória viva e que passa a estar eternizada materialmente a partir de uma seleção entre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, ou seja, há um trabalho político e ideológico de seleção.

A construção do estádio Caio Martins está diretamente relacionada aos ideais do Estado Novo (1937-1945), mas seus usos permitem acompanhar as disputas no plano político, ideológico e cultural, indo além dos interesses estatais. Através do decreto-lei nº 2.441, de 23 de julho de 1940, a prefeitura da cidade obteve autorização para aterrar parte da faixa litorânea, entre a Ponta da Armação e a praia das Flechas, além de adquirir, por transferência, terrenos da marinha. A revitalização urbana contou com “a construção do Estádio Caio Martins, a construção do Aeroclube do Estado do Rio de Janeiro, a abertura da Av. Amaral Peixoto (exemplo de modernidade arquitetônica) e outras obras de melhoramento urbano” (CUNHA, 2016, p.17).

O Jornal “A Noite” enfatizou a qualidade e modernidade das instalações (ESTÁDIO..., 1941) que foram oficialmente inauguradas no dia 7 de setembro de 1941, para receber uma cerimônia “encerrando as comemorações da semana consagrada à Pátria” (INAUGURADO..., 1941, p. 8). O jornal “O Fluminense (RJ)” destacou como a “grandiosa obra demonstra patriotismo” (E’COS..., 1941, p.1). No mês de sua inauguração o estádio contou, inclusive, com a visita do presidente da república, Getúlio Vargas, ao lado de Ernani do Amaral Peixoto (ESTEVE..., 1941). Portanto, o projeto e a execução do estádio estiveram “desde o princípio” imbricados com os ideais do Estado, caso semelhante a outros estádios inaugurados no mesmo período no Brasil e em outros países. Nos anos seguintes, as obras de ampliação do complexo esportivo Caio Martins tiveram continuidade, sendo a piscina e o ginásio inaugurados em 1945 e 1955, respectivamente, (A PISCINA... 1945; O GINÁSIO... 1955) e, assim como o estádio, foram palco de eventos variados.

O foco está em perceber como um complexo esportivo pode ser utilizado por diferentes grupos sociais muito além de sua função esportiva, ilustrando a carga política do espaço (CASTRO, 2012; LEFEBVRE, 2016). Há eventos que podemos reunir por seu aspecto comemorativo, outros, por seu viés beneficente, os religiosos, os oficiais com caráter cívico, não oficiais (ou seja, dissidentes da narrativa estatal) e, ainda, aqueles conectados a acontecimentos traumáticos.

Entre os eventos comemorativos podemos citar, por exemplo, a festa em comemoração ao dia das crianças realizada em 13 de outubro de 1943 (UMA..., 1943). Em termos dos eventos oficiais com carga política, são proeminentes o aniversário do governo de Ernani do Amaral Peixoto, em 30 de janeiro de 1953 (O 2º ANIVERSÁRIO..., 1953) e a reunião do Partido Social Democrático (PSD) ratificando a liderança do mesmo, promovida em 1956 (NO GINÁSIO..., 1956).

Quanto aos eventos políticos que não corroboravam com a política estatal e que fizeram uso do estádio Caio Martins, o destaque é o 40º aniversário do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1962<sup>11</sup>, em um momento em que o partido e sua atuação ocorriam na ilegalidade. Esse fato não impediu que as comemorações alcançassem grandes proporções, contando com a presença de cerca de dez mil pessoas (DEZ..., 1962).

Em relação aos eventos traumáticos cuja história atravessa a do complexo esportivo, em escala mundial destaca-se a II Guerra Mundial e, em escala local, o incêndio do Gran Circus Norte-Americano. A ameaça de um possível bombardeio ocasionou, no dia 14 de setembro de 1942, um exercício de guerra contando com um ataque simulado à cidade (ATAQUE..., 1942). Por outro lado, o trágico incêndio do Gran Circus Norte-Americano em 17 de dezembro de 1961 ocasionou um elevado

---

<sup>11</sup> O partido foi criado em 1922, ainda sob o nome de Partido Comunista do Brasil, com o objetivo de realizar a revolução proletária, alterando o sistema político vigente (capitalista) para o socialismo (ABREU, 2001). O partido fazia oposição ao Estado Novo e ao realizar uma série de levantes em 1935 passou a funcionar na clandestinidade. Contudo, a II Guerra Mundial resvalou em um objetivo comum de combate ao nazi-fascismo, o que na prática ocasionou uma união do governo brasileiro com a União Soviética através da retomada das relações diplomáticas entre ambos. Para o PCB isso representou a sua legalização, em 1945. No entanto, essa legalização não perdurou. Com a emergência da Guerra Fria no contexto internacional e a redemocratização no contexto nacional, o presidente Dutra tomou medidas que iam de encontro à atuação do partido, por exemplo, a proibição das greves e a aproximação dos Estados Unidos. Na prática, o retorno do combate ao comunismo fez com que o PCB tivesse seu registro cassado novamente (PANDOLFI, 2004).

número de vítimas, sendo o estádio Caio Martins utilizado para identificação dos corpos (KNAUSS, 2007; POLÍCIA..., 1961).

Nos últimos parágrafos evidenciamos a riqueza de funções atribuídas ao complexo esportivo desde sua inauguração. Em especial, ilustramos a perspectiva política que engendrou a construção do estádio e seus usos que, por sua vez, foram além da mera adesão ao poder do governo vigente. Ao contrário, o estádio construído pelo Estado Novo foi usado para as comemorações de um partido que funcionava na ilegalidade, o PCB. Após o fim do estado novo e o breve período democrático que o seguiu, foi o regime autoritário instaurado pelos militares, em 1964, que atribuiu uma nova função ao complexo esportivo Caio Martins, a de funcionar como prisão política. Para entender essa utilização, abordaremos o contexto em que a ditadura civil-militar emergiu.

### O modelo de estádio-prisão

O golpe de 1964 destituiu uma frágil democracia que se seguiu ao fim do governo provisório iniciado em 1945 e estendido de maneira autoritária por Getúlio Vargas por quinze anos e rompeu com o projeto nacional-estatista em curso que ecoava na América Latina:

O peronismo na Argentina, a Revolução Boliviana, em 1952, a Aliança popular Revolucionária Americana (Apra) no Peru, o movimento popular-democrático na Venezuela, o nacionalismo mexicano, o último mandato de Getúlio Vargas, entre 1951 e 1954, no Brasil, além de movimentos na América Central, como o reformismo revolucionário na Guatemala, também em 1954, confirmaram as raízes históricas e sociais do programa nacional-estatista (REIS FILHO, 2014, p. 23).

Boris Fausto (1995) remontou os anos que precederam o golpe militar, marcados pelo populismo de Getúlio que foi interrompido por seu suicídio – resposta à oposição que estava em vias de retirá-lo do poder –, pelo movimento operário, pela organização sindical, estudantil e inflação. Em termos do contexto político da América Latina, a Revolução Cubana foi importante no sentido de aumentar o medo da implementação de um regime comunista no Brasil, alimentado pelas vertentes conservadoras da sociedade - composta por segmentos da cúpula militar até membros da sociedade civil, passando por grupos católicos. No mesmo momento, o mundo ocidental vivenciava a Guerra Fria (REIS FILHO, 2014).

Daniel Aarão Reis Filho (2014) destacou como marco zero do golpe militar a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, pois o cargo deveria ser assumido pelo vice-presidente, João Goulart (Jango), associado ao comunismo. As tentativas de Goulart em articular o apoio dos militares e sindicatos para alcançar a aprovação no congresso do seu plano trienal, que visava recuperar economicamente o país, foram frustradas. E o descontentamento de setores da sociedade com o seu governo pode ser ilustrado pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo. Em paralelo, a doutrina de segurança nacional foi elaborada com o argumento de que era necessário combater a doutrinação ideológica e a luta armada dos que visavam implementar o comunismo no país (FAUSTO, 1995).

Em termos práticos, o governo democrático foi substituído pelo autoritário, contando com o apoio de parte da sociedade civil. Em contrapartida, os opositores foram perseguidos, prisões coletivas praticadas, intervenções em sindicatos realizadas e milhares de inquéritos abertos (RIDENTI, 2014). Dessa maneira, temos juntamente à implementação do golpe civil-militar, a criação de um aparato repressivo, com alvos claros, dos quais se destacam membros dos sindicatos, estudantes e comunistas. O Serviço Nacional de Informações (SNI), as Divisões de Segurança e Informações (DSIs), as Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) e o Centro de Informações do Exterior (Ciex) foram criados em substituição aos órgãos existentes visando coletar informações

que embasavam prisões, interrogatórios e a vigilância de suspeitos (JOFFILY, 2014). Esses órgãos se somavam à infraestrutura das polícias locais e Forças Armadas, em especial, aos Departamentos de Ordem Política e Social (Dops) criados entre as décadas de 1920 e 1930 (JOFFILY, 2014).

A atuação desses órgãos, que vigiavam e reuniam informações sobre aqueles que representavam alguma ameaça ou resistência ao governo, incluía a prática compulsória de aprisionamento. A consolidação do sistema autoritário implicava no silenciamento das vozes da oposição. Neste viés, a prática de prisão em massa surge como um mecanismo coercitivo sobre qualquer organização ou indivíduo que pudesse questionar o regime vigente. De certa forma, a grande parte da oposição já vinha sendo monitorada por órgãos de controle oriundos do Estado Novo, em especial aquela associada ao Partido Comunista Brasileiro, e as prisões começaram a ser executadas antes mesmo da concretização do golpe (COMISSÃO DA VERDADE DE NITERÓI, 2014).

Considerando que prender um número significativo de indivíduos implicava em uma logística considerável e na necessidade de amplos espaços, locais como estádios de futebol, clubes e mesmo navios tiveram sua função deslocada para se tornarem cárcere, como, por exemplo, o navio "*Princesa Leopoldina*, na Guanabara" (COMISSÃO DA VERDADE DE NITERÓI, 2014, p.309, grifo do autor).

O estádio Caio Martins não apenas foi um dos casos de espaços que tiveram sua função esportiva deslocada para abrigar uma prisão temporária, como foi o primeiro caso de estádio transformado em prisão de presos políticos (COMISSÃO DA VERDADE DE NITERÓI, 2014). No dia 22 de abril de 1964, o jornal Última Hora (RJ), divulgou que:

O Estádio Caio Martins, desde as primeiras horas de ontem, passou a ser uma imensa prisão, abrigando dezenas de presos políticos. Embora a Secretaria de Segurança Pública de Niterói não desse qualquer nota oficial a respeito, sabe-se que a mudança visou a "desafogar" as celas da própria SSP e de outros locais (DEZENAS..., 1964, p. 3).

Ao considerarmos que o golpe ocorreu em 31 de março de 1964, poucas semanas antes do uso do estádio como prisão, verificamos que a repressão se voltou para aqueles que potencialmente poderiam se tornar uma ameaça. Na ficha do preso Israel Jacob Averbach, nascido em 17 de julho de 1905, engenheiro, jornalista e agente fiscal da Secretaria da Fazenda (RJ) que esteve preso no ginásio Caio Martins, em 1964, é possível acessar o contexto em que foi detido. Durante o Estado Novo, obteve autorização por meio do decreto nº 10.174, de 5 de agosto de 1942 para pesquisar no município de Magé quartzo e minerais associados. Contudo, no ano seguinte foi acusado de se apresentar em diversas ocasiões como capitão do Exército ou como médico da Polícia Militar (ES) e, em seguida, de "falso brasileiro", pois teria forjado a sua nacionalidade (A COMPANHIA..., 1944, p. 3).

Além de ter sido considerado fraudulento, seja por se passar por militar, o que nunca foi, seja pela suspeita de sua nacionalidade ser russa, o que negou, Averbach foi associado às atividades comunistas por ter sido diretor do jornal Tribuna do Brasil e ter participado de vários congressos do Partido Comunista Brasileiro. No seu depoimento declarou ter sido "metido num xadres (sic), incomunicável, sem luz, sem água e sem qualquer condição humana [...] e sem sequer (sic) ter-lhe sido dado qualquer explicação sobre essa sua prisão" (Arquivo Nacional, Fundo Conselho de Segurança Nacional, 1964, p. 12). Apesar de alegar desconhecer a razão, permaneceu preso no complexo esportivo Caio Martins entre final de abril e início de junho de 1964 e só saiu ao atingir o limite de dias permitido para prisão sem julgamento, segundo o Código Penal Militar vigente à época.

Conforme consta na sua ficha, o ferroviário Haroldo Siervo Cardoso, funcionário da Estrada de Ferro Leopoldina e membro do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro, foi preso para averiguações em 3 de abril de 1964, e, após passar pelo 3º Regimento de Infantaria, pelo DPS e pelo Centro de Armamento da Marinha, foi transferido em 8 de maio para o estádio Caio Martins. Ele admitiu pertencer ao "Sindicato dos Ferroviários, [que] uma vez ou outra ia às reuniões na sede desse

Sindicato em Cachoeira de Macacu, e que geralmente tratava-se de reivindicações salariais e nunca escutou qualquer discurso político” (ARQUIVO NACIONAL, Fundo Comissão Nacional da Verdade, [1964] 1974, p.11).

Outro caso semelhante é o do cobrador da Companhia de Águas e Esgotos de Niterói e São Gonçalo, Magno da Silveira Couto, que foi preso no estádio Caio Martins para averiguação de supostas atividades subversivas. Ele estava na propriedade do seu irmão em Itaboraí quando os policiais chegaram para prendê-lo “talvês (sic) por fazer parte do Sindicato dos Lavradores”. A princípio, os policiais lhe dariam uma carona até a estação de Sambaitiba para ir para Alcântara, mas depois o impediram e “disseram que o depoente deveria acompanhá-los até a polícia, a fim de prestar esclarecimentos (ARQUIVO NACIONAL, Fundo Comissão Nacional da Verdade, 1964, p.3). O caso de Magno aponta para um motivo circunstancial, pois o fato de se encontrar na residência do irmão, associado ao Sindicato dos Lavradores, fez com que se tornasse um suspeito de atividade subversiva.

Dos três casos selecionados chama atenção a variedade de escolaridade, pois apenas Averbach detinha Ensino Superior, de proveniência – Magé, Cachoeira de Macacu, São Gonçalo – e a falta de informação sobre o motivo da prisão de cada detido, em geral, justificada pela ampla categoria de “atividade suspeita”.

A definição de “atividade suspeita” abarcava a associação com sindicatos ou mesmo partidos, em especial, o Partido Comunista Brasileiro. Documentos demonstram casos como o do lavrador Manoel de Lima (Arquivo Nacional, Fundo Conselho de Segurança Nacional, 1969), considerado comunista atuante por pertencer ao PCB e ter participado do aniversário de 40 anos do partido em Niterói. Há ainda os que se tornaram suspeitos por terem assinado a moção que pedia a reforma agrária, ou seja, ratificando as reformas de base propostas por Jango. As justificativas usadas podem ser reunidas na ideia de “ameaça à segurança nacional”, o que respaldou o próprio golpe.

Dentre os espaços variados onde os presos políticos estiveram encarcerados, o estádio Caio Martins funcionou como um centro aglutinador de potenciais suspeitos de atividades ilícitas, recebendo residentes provenientes de municípios diversos do estado do Rio de Janeiro. Estima-se que o estádio abrigou um volume superior a 300 presos políticos em números oficiais, e se considerarmos alguns depoimentos, esse número chega a mais de mil indivíduos (COMISSÃO DA VERDADE DE NITERÓI, 2014). O advogado Manoel Martins (que aparece na Figura 2), que foi um dos últimos a sair, calcula que durante os três meses em que o estádio serviu de cárcere, 1.200 pessoas passaram pelo local (NEDER, 2012).

Os interrogatórios, bem como, entrevistas contemporâneas daqueles que estiverem encarcerados no estádio Caio Martins por acusações de cunho político, atestam a transformação do estádio em prisão. E mais, mostram como esse espaço para alguns foi vivido como cárcere. Contudo, tal memória não aparece materialmente nas instalações do estádio. Na busca por compreender os motivos pelos quais o passado como prisão do estádio Caio Martins não é ressaltado com qualquer monumento, placa, estátua ou memorial nas suas dependências, intentaremos conectar as rugosidades do espaço com as memórias da ditadura.

### Memórias da ditadura no estádio

A memória individual pode ser entendida como um ponto de vista particular da memória coletiva, assim como, a produção de uma memória coletiva é uma construção narrativa do que determinada sociedade opta por lembrar (HALBWACHS, 2006). Nessa seleção, a memória de uma prática condenável pode ficar silenciada, por anos permanecendo “subterrânea” (POLLAK, 1989) até encontrar um espaço de escuta favorável para emergir. Esse é o caso das prisões de indivíduos

classificados como “presos políticos” cometidas durante o período ditatorial brasileiro, que ficaram silenciadas durante décadas até o estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade. O silenciamento se reflete no fato de essa memória não ter alcançado um status hegemônico e ter permanecido restrita aos indivíduos que a vivenciaram.

Milton Santos (2006) ao tratar da ontologia do espaço o define como uma forma-conteúdo capaz de articular o processo com o resultado, a forma com a função, o passado com o presente e o futuro, o objeto com o sujeito e o natural com o social. Afinal, esse espaço visto como uma forma-conteúdo é um híbrido que está continuamente em movimento. Esse movimento indica a transformação do espaço, que implica na acumulação de heranças, ou em “rugosidades”. “Chamemos *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (SANTOS, 2006, p. 92, grifo do autor). A noção de rugosidade revela que as combinações que as geraram são as possíveis para o tempo e o lugar em que ocorreram.

Superposição desigual de tempos, apresentadas de forma isolada ou como arranjos espaciais, cabe ressaltar a perspectiva política dessas rugosidades, seja pelos “fundamentos da política que se prolongam no espaço”, seja pela “ordem espacial dos fenômenos que se manifestam e afetam a ordem e os conteúdos da política” (CASTRO, 2012, p. 45). Por outro lado, Machado Filho (2017) nos auxilia no entendimento de que o espaço é um recurso apropriado por diferentes atores que, ao o explorarem, podem aumentar o seu capital político. Parte desse capital é baseado no ocultamento das relações de poder que o moldam e, ao fazê-lo, escondem as consequências de certas decisões e apropriações deste mesmo espaço (SOJA, 1993). O silêncio a respeito da transformação do estádio Caio Martins em prisão incide, por exemplo, no atenuamento das arbitrariedades cometidas durante a ditadura.

Por sua vez, Rejane Rodrigues (2018) aponta para a existência de aparelhos que são antigeopolíticos, pois lançam luz sobre as resistências e funcionam como provas materiais da existência de uma oposição ao discurso hegemônico. Portanto, o Estado antidemocrático se apropriou do estádio como prisão e esse uso é rememorado pela memória daqueles que foram encarcerados, ainda que as Forças Armadas neguem tal utilização (COMISSÃO DA VERDADE DE NITERÓI, 2014).

Em contrapartida, o caso chileno ilustra maneiras como a memória do estádio transformado em prisão pode ser inscrita no espaço. O Estádio Nacional do Chile foi construído durante o segundo mandato de Arturo Alessandri foi inaugurado em 1938 e recebeu vários campeonatos internacionais. Contudo, o fato que marca sua trajetória está relacionado ao golpe de estado que colocou Augusto Pinochet no poder, em 11 de setembro de 1973, quando passou a funcionar como uma prisão. “O manto da ditadura estabeleceu uma das mais sangrentas perseguições políticas já vistas no continente. Estima-se que mais de 40 mil prisioneiros políticos tenham passado por ali, muitos dos quais não saíram com vida” (BRUM, 2017, p. 21-22). Assim como no caso brasileiro, a justificativa usada era a necessidade de combater os marxistas, a partir da aniquilação de grupos armados contrários ao regime (BRUM, 2017).

Maurício Brum (2017) enfatizou que o uso do estádio chileno como prisão foi uma solução pensada como provisória. O golpe foi acompanhado de prisões em massa de suspeitos políticos, excedendo os espaços ocupados pela polícia e os campos de concentração no deserto do Atacama, que ainda não estavam prontos. O autor indica que além das estratégias utilizadas pelo regime, como assassinatos e execuções falsas, o contexto paralelo, no caso o preparo do gramado para receber uma partida da Copa do Mundo contra a União Soviética, em 1974, também contribuiu para o apagamento dos vestígios materiais das execuções. Contudo, no âmbito imaterial, os vestígios permanecem na memória coletiva e são preservados através de vários relatos que narram tais

execuções. No ano de 2015, momento em que o Estádio Nacional do Chile receberia a Copa América, um circuito de memória dos usos de suas dependências como prisão foi criado.

O circuito dedicado à memória dos presos políticos é dividido em dez partes. Entre as partes mais emblemáticas estão a *Escotilla 8* (Figura 4), as *Graderías de la Dignidad* e a *Caracola Sur del Velódromo*. A *Escotilla 8* trata-se do espaço interno da arquibancada, representando todas as oito escotilhas que foram usadas como celas para aproximadamente 300 a 400 presos. O trabalho de restauração empreendido permitiu recuperar inscrições nas paredes feitas pelos presos que estavam ocultas por pinturas posteriores (NUEVAS..., 2018). As *Graderías de la Dignidad* remetem ao espaço da arquibancada reservado como espaço de memória. E a *Caracola Sur del Velódromo* era o local onde aconteciam as torturas. Ao analisarmos o circuito, é possível afirmar que houve um expressivo esforço para que o espaço abrigasse índices visíveis do momento em que o estádio funcionou como prisão entre 1973 e 1974. Sem dúvida, esse esforço é devido à violência das torturas e quantidade significativa de óbitos. Dessa forma, o espaço vivido pelos presos como um cárcere passa a igualmente ser percebido como tal, mesmo por aqueles que não viveram esse cotidiano.

Figura 4 – Espaço mais simbólico do Estádio Nacional



Fonte: Andressa Decker, 2018.

No caso brasileiro, Roberto Takao Yamaki (2016)<sup>12</sup> propôs um projeto piloto de um memorial, que pode ser observado na Figura 5, para homenagear aqueles que foram perseguidos pela ditadura civil-militar brasileira, especificamente, aqueles do município de Niterói. Nas suas palavras:

A construção do Memorial é uma demanda existente há anos pelas vítimas e cidadãos. O local, que faz parte da história da cidade e da memória afetiva de milhares de niteroienses, é considerado como um marco de luta contra o fascismo e a ditadura militar entre aqueles que conhecem este nefasto acontecimento. No entanto, para grande maioria da população, o Caio Martins é apenas um local dedicado aos esportes: sua transformação em presídio político não faz parte da memória da cidade. A edificação do Memorial neste terreno deverá trazer à luz toda história de luta e resistência das pessoas que foram perseguidas e mortas pelo regime militar. Sua construção deverá homenagear não apenas as pessoas que ali passaram, mas todo brasileiro que sofreu e morreu por lutar por um país democrático. "É preciso lembrar para não repetir" (YAMAKI, 2016, *online*).

<sup>12</sup> Roberto Takao Yamaki é graduado em Desenho Industrial e Arquitetura e Urbanismo, possui mestrado em Design e atualmente cursa o Doutorado em Design. Atua principalmente na temática da arquitetura, bambu, fibrobarro. O projeto "Memorial de Resistência ao Golpe de 1964" foi a sua monografia de conclusão de curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Figura 5 – Memorial de resistência ao Golpe de 1964



Fonte: Yamaki, 2016.

O memorial projetado por Roberto Yamaki seria um edifício dedicado a abrigar exposições e documentação a respeito do período da ditadura civil-militar no Brasil, daqueles que foram perseguidos e em muitos casos assassinados e, especificamente, o passado do estádio Caio Martins como prisão. A proposta de Yamaki é que o memorial fosse construído dentro da área pertencente ao próprio complexo esportivo. A concretização desse projeto permitiria que o passado do estádio como prisão alcançasse a memória coletiva das gerações que não vivenciaram a ditadura. Dessa maneira, a atribuição de um novo uso ao complexo esportivo traria, ainda que simbolicamente, uma reparação a todos aqueles que sofreram com a violência da ditadura. Cabe apontar que não há registro de que este projeto tenha sido apresentado formalmente a alguma instância de poder que pudesse vir a concretizá-lo. A concretização de um projeto similar vai de encontro à anistia que absolveu aqueles que cometeram crimes políticos durante a ditadura. Portanto, sugerir a criação de um memorial, estátua, placa ou qualquer outro tipo de inscrição no complexo esportivo Caio Martins, que afirme seu passado como prisão, é ir à contrapelo do que a ditadura planejou e executou e do que a anistia silenciou.

### Considerações finais

O argumento tecido ao longo deste artigo partiu do princípio de que estádios podem ser apropriados de modos diversos. Sob o contexto ditatorial, o estádio Caio Martins foi usado como prisão devido ao volume de presos exceder a capacidade das delegacias e prisões. Este fato pode ser rememorado através dos documentos reunidos pela Comissão Nacional da Verdade disponibilizados no Arquivo Nacional.

Enquanto parte do espaço vivido, os estádios são permeados de aspectos visíveis e invisíveis, experiências, subjetividades, intenções. Longe de simplesmente servirem a determinada função, os equipamentos que permeiam o espaço estão continuamente em disputa, dentro de uma dialética entre o contínuo e o descontínuo, conforme Santos (1988) indicou.

Ao mesmo tempo em que documentos volumosos confirmam esse passado como prisão, deparamo-nos com a recusa das Forças Armadas em admitir tal uso. Diante desse ruído, supomos que a anistia no processo de reabertura democrática permitiu o retorno dos perseguidos pelo Estado, mas, também, a absolvição de muitos que cometeram crimes contra os direitos humanos.

Nesse viés, não seria exagero dizer que a sociedade congrega tanto os que estavam na posição de presos quanto os que os prenderam, fazendo com que todos convivam no contexto de retorno da democracia e promovendo um apagamento dos meandros das rugosidades do período

ditatorial. De modo semelhante, a anistia não garantiu o acesso total à documentação da máquina estatal dos 20 anos de ditadura civil-militar no Brasil, por isso, é possível que, para as Forças Armadas, falar abertamente do uso do estádio como prisão implique na difusão de informações que ainda são tratadas como confidenciais. Seja como for, há sempre intencionalidades no olhar e na narrativa que produzimos sobre o espaço geográfico.

A análise comparativa do caso chileno com o brasileiro viabiliza divagar sobre as diferenças que podem justificar a (in)existência de um circuito de memória dedicado ao uso das dependências dos estádios como prisão durante o período ditatorial. Primeiramente, o estádio Nacional do Chile teve a função de prisão durante aproximadamente dois anos, ao contrário do estádio Caio Martins que a exerceu por alguns meses. No entanto, o fator determinante, ponderamos, é que há evidências massivas de execuções de presos políticos no estado chileno, o que não pode ser dito do estádio niteroiense.

Nestas breves páginas, propusemos camadas de momentos históricos e usos atribuídos ao complexo esportivo Caio Martins. Ao nos voltarmos para as transformações do espaço em longo prazo, considerando as combinações que ocorreram em determinado tempo histórico, advogamos para a possibilidade de que, no futuro, a forma do estádio também incorpore a memória do seu passado como prisão e que esta não fique mais restrita aos documentos e memória dos que prenderam e estiveram presos nesse presídio nada convencional.

## Referências

- ABREU, Alzira Alves de. (2001) Partido Comunista Brasileiro (PCB). Verbete. In: \_\_\_\_\_; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN; Fernando; TADEU, Sérgio (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* [Online]. Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC. Disponível em: << <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>>>. Acesso em: 09 mai. 2021.
- A COMPANHIA Siderúrgica do Brasil no Tribunal de Segurança. (1944) *Diário da Noite* (RJ), ano XVI, n. 3.407, p. 3. Disponível em: «[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=221961\\_02&pasta=ano\\_194&pesq="Israel Jacob Averbach"&pagfis=21230](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=221961_02&pasta=ano_194&pesq=)». Acesso em: 28 out. 2021.
- ANIVERSÁRIO do PCB em São Paulo: Milhares festejaram no Pacaembu. (1962). *Novos Rumos* (RJ), ano III, n. 163, p. 1. Disponível: «[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=122831&pesq="ANIVERSÁRIO do PCB em São Paulo"&pasta=ano\\_196&hf=memoria.bn.br&pagfis=2017](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=122831&pesq=)». Acesso em: 28 out. 2021.
- ANTONINI, Anaclara Volpi. (2017) *Lugares de memória da ditadura militar em São Paulo e as homenagens ao operário Santo Dias da Silva*. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. (2017) Disponível em: << [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08032017-145519/publico/2017\\_AnaclaraVolpiAntonini\\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08032017-145519/publico/2017_AnaclaraVolpiAntonini_VCorr.pdf)>>. Acesso em: 25 abr. 2022.
- A PISCINA melhor aparelhada da América do Sul. (1945) *A Noite* (RJ), ano XXXIV, n. 11.864, p. 2. Disponível em: «[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_04&pesq=A PISCINA melhor aparelhada da América do Sul&pasta=ano\\_194&hf=memoria.bn.br&pagfis=32288](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pesq=A PISCINA melhor aparelhada da América do Sul&pasta=ano_194&hf=memoria.bn.br&pagfis=32288)». Acesso em: 28 out. 2021.
- ATAQUE simulado a Niterói. (1942) *A Noite* (RJ), ano XXXII, n. 10.988, p. 6. Disponível em: «[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_04&pesq=ATAQUE simulado a Niterói&pasta=ano\\_194&hf=memoria.bn.br&pagfis=16894](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pesq=ATAQUE simulado a Niterói&pasta=ano_194&hf=memoria.bn.br&pagfis=16894)». Acesso em: 28 out. 2021.
- BLANC, ALDIR. (2009) *Vasco: A cruz do Bacalhau*. Rio de Janeiro: Ediouro, 248 p.
- BRASIL. (1940) Decreto-lei nº 2.441. Dispõe sobre o plano de urbanização e remodelação da cidade de Niterói. Disponível: << [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del2441.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del2441.htm)>>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- \_\_\_\_\_. (2011) Lei nº 12.528. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: << [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm)>>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- BRUM, Maurício. (2017) *La cancha infame: a história da prisão política no Estádio Nacional do Chile*. Porto Alegre, RS: Zouk, 104 p.
- BULLÉ, Jamille. (2018) Há 45 anos, Estádio Nacional do Chile foi palco de prisões e torturada ditadura chilena. *O Globo* [Online]. Disponível em: «<https://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/ha-45-anos-estadio-nacional-do-chile-foi-palco-de-prisoas-e-tortura-da-ditadura-chilena.ghtml>». Acesso em: 26 out. 2021.
- CASTRO, Iná Elias de. (2012) O espaço político: limites e possibilidades do conceito. In: \_\_\_\_\_; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Olhares geográficos*. Modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 43-72.
- CHILE. (2008) Ley 20.264. Modifica la denominación del Estadio Nacional por Estadio Nacional Julio Martínez Prádanos. Disponível em: «<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=273588>». Acesso em: 28 out. 2021.
- COGGIOLA, Oswaldo. (2001) *Governos Militares na América Latina*. São Paulo: Editora Contexto, 2001, 117 p.
- COMISSÃO da Verdade de Niterói. (2014) *Relatório Parcial de Pesquisa e Atividades*. Niterói, 65 p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. (2003) Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo; \_\_\_\_\_ (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 15-47.
- COSTA, Aldenilson; KRAUS, Lalita; OLIVEIRA, Fabiana. (2018) Contexto espacial: uma alternativa para estudos sobre cidades. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, v. 13, p. 109-123.

- CUNHA, Bruno Ornelas da. (2016) *Jogo urbano: história local no ensino de história*. 90f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. (1974) Prontuário N. 903 – Haroldo Siervo Carodos. Rio de Janeiro, p. 1-18.
- DEZENAS de presos políticos já no Caio Martins. (1964) *Última Hora* (RJ), ano XIII, n. 1.281, p. 3. Disponível em: «<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pesq=DEZENAS de presos políticos já no Caio Martins.&pasta=ano 196&hf=memoria.bn.br&pagfis=99238>». Acesso em: 28 out. 2021.
- DEZ mil pessoas lotaram o estádio Caio Martins. (1962) *Novos Rumos* (RJ), ano III, n. 163, p. 4. Disponível em: «<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=122831&pesq=DEZ mil pessoas lotaram os estádio Caio Martins.&pasta=ano 196&hf=memoria.bn.br>». Acesso em: 28 out. 2021.
- E'COS da inauguração do estádio Caio Martins. (1941) *O Fluminense* (RJ), ano 64, n. 17.945, p. 1. Disponível em: «[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439\\_08&pesq=inauguração do estádio Caio Martins&pasta=ano 194&hf=memoria.bn.br&pagfis=2101](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_08&pesq=inauguração do estádio Caio Martins&pasta=ano 194&hf=memoria.bn.br&pagfis=2101)». Acesso em: 28 out. 2021.
- ESTÁDIO confortável. (1941) *A Noite*, Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.572, p. 12. Disponível em: «[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_04&pesq="ESTÁDIO confortável"&hf=memoria.bn.br&pagfis=9935](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pesq=)». Acesso em: 28 out. 2021.
- ESTADIO NACIONAL. (c2021) Circuito de la memoria. Disponível em: «<https://estadionacionalmemorianacional.cl/works/memorial-circuit/>». Acesso em: 15 ago. 2021.
- ESTEVE nesta cidade em S. Gonçalo o Presidente da República. (1941) *O Fluminense*, ano 64, n. 17.954, p. 1. Disponível em: «[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439\\_08&hf=memoria.bn.br&pagfis=2137](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_08&hf=memoria.bn.br&pagfis=2137)». Acesso em: 28 out. 2021.
- FAUSTO, Boris. (1995) *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 653 p.
- FERREIRA, João Fernando. (2008) *A construção do Pacaembu*. São Paulo: Paz e Terra, 116 p.
- HALBWACHS, Maurice. (2006) *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 197 p.
- IBGE. (2010) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Disponível em: «<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/pesquisa/37/30255?tipo=ranking&ano=2010>». Acesso em: 25 abr. 2022.
- INAUGURADO em Niterói o estádio Caio Martins. (1941) *A Noite*, Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.624, p. 8. Disponível em: «[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_04&pesq=INAUGURADO, em Niterói o estádio Caio Martins&hf=memoria.bn.br&pagfis=10863](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pesq=INAUGURADO, em Niterói o estádio Caio Martins&hf=memoria.bn.br&pagfis=10863)». Acesso em: 28 out. 2021.
- JOFFILY, Mariana. (2014) O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; \_\_\_\_\_; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 158-171.
- KNAUSS, Paulo. (2007) A cidade como sentimento: história e memória de um acontecimento na sociedade contemporânea – o incêndio do Gran Circus Norte-Americano em Niterói, 1961. *Revista Brasileira de História*, v, 27, n. 53, p. 25 – 54.
- LEFEBVRE, Henri. (2006) *A produção do espaço*. Belo Horizonte: UFMG, 476 p.
- \_\_\_\_\_. (2016) *Espaço e política*. O direito à cidade II. Belo Horizonte: Editora UFMG, 203 p.
- LUZ, Guilherme Henrique da; CASTILHO, Maria Augusta; VIEIRA, Carlos Magno Naglis. (2017) O futebol brasileiro no contexto do período militar (1964-1979). *Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana*, v. 1, p. 1-17.
- MACHADO FILHO, Guilherme Felix. (2017) *Espaços da Política: A relação entre o espaço político das assembleias e o espaço político das ruas no contexto das manifestações políticas brasileiras contemporâneas*. 92 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MOURA, Gisella de Araujo. (1998) *O Rio corre para o Maracanã*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 155 p.

- NEDER, Livia. (2012) Memórias de um estádio de repressão. *Jornal O Globo* (Online). Disponível em: «<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/memorias-de-um-estadio-de-repressao-5027623>». Acesso em: 28 out. 2021.
- NO GINÁSIO de Caio Martins em Niterói: O PSD (unido) agradece (e reafirma) a liderança de Amaral. (1956) *A Noite* (RJ), Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 15.273, p. 10. 1 fotografia: p&b. Disponível em: «[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970\\_05&pasta=ano\\_195&pesq=0\\_PSD\(unido\)agradece\(e%20reafirma\)alideran%C3%A7adeAmaral&pagfis=35213](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_05&pasta=ano_195&pesq=0_PSD(unido)agradece(e%20reafirma)alideran%C3%A7adeAmaral&pagfis=35213)». Acesso em: 28 out. 2021.
- NORA, Pierre. (1993) Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n. 10, p. 7-28.
- NUEVAS historias salen a luz con la entrega de la restaurada Escotilla 8 del Estadio Nacional. (2018) [S.l.: s.]. 1 vídeo (8 min). Publicado pelo canal Meganoticias. Disponível em: «<https://www.youtube.com/watch?v=cmJGgtmw7as&t=504s>». Acesso em: 15 ago 2021.
- O 2º ANIVERSÁRIO do governo Amaral Peixoto. (1953) *A Noite* (RJ), ano XLII, n. 14.315, p. 2. Disponível em: «[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_05&pesq=NOGIN%C3%A1SIOdeCaioMartinsemNiter%C3%B3i&hf=memoria.bn.br&pagfis=16903](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_05&pesq=NOGIN%C3%A1SIOdeCaioMartinsemNiter%C3%B3i&hf=memoria.bn.br&pagfis=16903)». Acesso em: 28 out. 2021.
- O GINÁSIO Caio Martins será inaugurado amanhã. (1955) *O Fluminense* (RJ), ano LXXVI, n. 22.177, p. 1. Disponível em: «[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439\\_09&pesq=0GIN%C3%A1SIOCaioMartinsser%C3%A1inauguradoaman%C3%A3&hf=memoria.bn.br&pagfis=7118](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_09&pesq=0GIN%C3%A1SIOCaioMartinsser%C3%A1inauguradoaman%C3%A3&hf=memoria.bn.br&pagfis=7118)». Acesso em: 28 out. 2021.
- PANDOLFI, Dulce. (2004) A cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria. In: ENTRE dois governos: 1945-1950. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC. Disponível em: <<<https://cpdoc.fgv.br>>>. Acesso em: 09 mai. 2021.
- POLLAK, Michael. (1989) Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15.
- POLÍCIA caça incendiário. (1961) *A Noite* (RJ), Rio de Janeiro, ano L, n. 15.912, p. 1. 1 fotografia: p&b. Disponível em: «[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_06&pesq=POL%C3%80CIAca%C3%A7aincendi%C3%A1rio&pasta=ano\\_196&hf=memoria.bn.br&pagfis=4066](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_06&pesq=POL%C3%80CIAca%C3%A7aincendi%C3%A1rio&pasta=ano_196&hf=memoria.bn.br&pagfis=4066)». Acesso em: 28 out. 2021.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. (2014) *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988* Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 192 p.
- RIDENTI, Marcelo. (2014) As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; \_\_\_\_\_; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 30-65.
- RODRIGUES, Rejane Cristina de Araujo. (2018) O cinema do Terceiro Mundo sob o olhar da entigeopolítica: ditadura e resistência na América Latina. *Geographia* (UFF), v. 20, p. 89-100.
- ROSSI, Agustín. (2014) Prólogo. In: SEGADO, Stella; MARTÍNEZ, Germán (Orgs). *Actas de la Dictadura: documentos de la Junta Militar encontrados em el Edificio Cóndor*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Defensa, p. 9-11.
- SANTOS, Daniel de Araújo dos. (2012) Futebol e política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol. 148 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas.
- SANTOS, Milton. (2006) *A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção*. 4ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 259 p.
- SCHMID, Christian. (2012) A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: Em direção a uma dialética tridimensional. *GEOSP – espaço e tempo*, São Paulo, n. 32, p. 89-109.
- SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. (1954) Delegacia de Polícia Social. Declarações de Magno da Silveira Couto. Rio de Janeiro, p. 1-4.
- SECRETARIA GERAL. (1964) Israel Jacob Averbach – Engenheiro – Jornalista/RJ. Niterói, 129 p.
- \_\_\_\_\_. (1969) Processo de Manoel Ferreira de Lima. Rio de Janeiro, 111 p.
- SOJA, Edward W. (1993) *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 324 p.
- SUDERJ; GOVERNO do Estado do Rio de Janeiro. (c2021) *Complexo Esportivo Caio Martins*. Disponível em: <<<http://www.suderj.rj.gov.br>>>. Acesso em: 03 abr. 2021.
- TOSCHI, Livio. (2015) Impianti sportivi nel ventennio fascista. *Quaderni della Società Italiana di Storia dello Sport*, Roma, vol. IV, n. 5, p. 8 – 20.

UMA “quadrilha” dançada por mil crianças. (1943) *A Noite* (RJ), ano XXXIII, n. 11.377, p. 8.  
VAI ser cumprido o programa traçado pelo Canto do Rio. (1941) *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, ano 11, n. 3660, p. 1.  
YAMAKI, Roberto Takao. (2016) *Memorial de Resistência ao Golpe de 1964*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: «<http://www.midioteca.fau.ufrj.br/?p=projetos&id=1630>». Acesso em: 15 ago. 2021.